

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento
Sustentável



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2005

ÍNDICE

ADVERTÊNCIA	1
INTRODUÇÃO	4
ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL	6
PARECERES E REFLEXÕES	8
ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL	17

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES EM 2005 DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNADS)

ADVERTÊNCIA

1. Dando cumprimento ao disposto nos art. 2º, nº2 d) e 16º do decreto-lei nº221/97, de 20 de Agosto, conforme a redacção constante do decreto-lei n.º 136/2004, de 3 de Junho, o *Relatório Anual de Actividades do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) de 2005* refere o que mais de mais relevante foi realizado no oitavo ano de funcionamento deste órgão consultivo, assim como as acções a que directa ou indirectamente esteve associado.

2. O presente Relatório foi elaborado, conforme os anteriores, em harmonia com critérios de rigor e objectividade. O CNADS desenvolveu, com o empenho dos seus membros, funcionários, Secretário Executivo e de quantos deram o seu contributo ao Conselho durante o ano de 2005, um trabalho de estudo, reflexão e divulgação de acordo com o seus objectivos, fosse por iniciativa própria ou a convite.

3. O labor do Conselho ficou expresso, entre outros, através da aprovação de nove Pareceres, Comentários e Reflexões, na participação activa em diversos colóquios, conferências ou seminários (*vide* Anexo III) e na co-organização, com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, de um Seminário sobre “*Gestão Integrada das Zonas Costeiras*”, realizado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e que proporcionou a apresentação e debate das linhas gerais da futura “Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”. No final do ano, e mais uma vez sob o alto patrocínio da Assembleia da República, foi editado o 3º volume dos “*Pareceres, Reflexões e Relatórios de Actividades*” cobrindo a actividade do Conselho compreendida entre a segunda metade de 2003 e o primeiro terço de 2005.

4. Integrando a rede europeia dos Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /*European Environment and Sustainable Development Advisory Councils (EEAC)*, o CNADS prosseguiu o seu quarto mandato no respectivo *Steering Committee*, e terceiro mandato como Vice-Presidente deste órgão directivo, na pessoa do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques.

5. O CNADS procurou, quer a nível comunitário, quer a nível nacional, e na medida das suas capacidades, participar ou acompanhar colóquios, conferências, seminários ou reuniões de trabalho. Merece particular destaque a activa participação nas actividades da referida rede de Conselhos E.E.A.C. – *European Environment and Sustainable Development Advisory Councils* - patente, sobretudo, no envolvimento activo em Grupos de Trabalho respeitantes a matérias de especial interesse para Portugal (biodiversidade, agricultura, desenvolvimento sustentável e governação) incluindo a participação na 13ª Conferência Anual dos EEAC, que decorreu em **Oxfordshire, Heythrop Park**, de 7 a 10 de Setembro de 2005.

6. O CNADS manteve o seu relacionamento funcional e a estreita colaboração com os Ministérios e as Instituições da Administração Pública com atribuições em matérias no âmbito do mandato do Conselho, em especial com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), deparando-se, ainda, em 2005, no quadro das medidas genéricas de contenção, com algumas dificuldades de meios técnicos e humanos. Na tentativa de resolução parcial deste problema é de assinalar o particular empenho da Secretaria Geral do MAOTDR.

7. O Relatório respeitante a 2005 integra, em Anexos, o Balancete do Orçamento de Financiamento por Classificação Económica Relativo ao ano de 2005, três Quadros - síntese que reportam os aspectos mais relevantes das actividades desenvolvidas ao longo do ano em análise e um Quadro com a composição do Conselho.

[Aprovado na Reunião Ordinária do Conselho de 12 de Julho de 2006]

O Presidente



Mário Ruivo

INTRODUÇÃO

8. O CNADS, durante o ano de 2005, reuniu oito vezes em sessões plenárias, sendo duas Extraordinária e seis Ordinárias (vide Anexo II), verificando-se um acréscimo de duas reuniões relativamente ao ano anterior.

9. No respeitante à sua composição, durante o ano de 2005 renunciaram ao seu mandato os Conselheiros Ana Paula Fernandes e Carlos Luís Figueira, tendo sido designados para ocupar estes lugares, respectivamente, os Conselheiros João José Fernandes e Paulo Bernardo. Ao abrigo do art.3º alínea b) do decreto-lei n.º 136/2004 foram designados, ainda, os Conselheiros João Guerreiro, João Lavinha e José Reis. A Conselheira Helena Roseta foi designada para ocupar o lugar deixado pela Conselheira Maria da Graça Carvalho e o Conselheiro José Lima Santos foi cooptado para um dos lugares vagos previstos no art.3º alínea p) do diploma orgânico do Conselho. Cessaram, também, funções, os Conselheiros José Manuel Calheiros, Victor Martins e Victor Santos (cfr. Anexo V).

10. Relativamente ao suporte orçamental houve uma evolução positiva relativamente aos anos anteriores, tendo a dotação do Conselho, no seu oitavo ano de exercício, sido de **€251.295,00**, o que permitiu o relançamento das actividades do Conselho em consonância com o previsto no seu ***Plano de Actividades para o triénio 2005-2007***. Em conformidade com este e de acordo com o disposto no decreto-lei n.º221/97, de 20 de Agosto, e no decreto-lei n.º 136/2004, de 3 de Junho, segundo os quais “*competem ao Conselho, por sua iniciativa ou a solicitação dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente, de entidades públicas ou de organizações de defesa do ambiente, emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável*”, o CNADS procedeu regimentalmente à criação e, nalguns casos, à reconstituição de vários Grupos de Trabalho para cumprimento desses objectivos.

11. Os diversos Pareceres, Reflexões e Comentários elaborados, após aprovação pelo Plenário¹, foram enviados às instâncias competentes dos poderes executivo e legislativo, tendo sido providenciada a adequada difusão pública, não só junto dos principais parceiros sociais, como do público em geral, através dos *media* e dos correios electrónico e postal.

12. Durante o ano de 2005, o CNADS foi solicitado a participar em diversas Conferências, Encontros, Congressos e Seminários — nacionais e internacionais — intervindo ou fazendo-se representar pelos membros designados para o efeito, assim como pelo Secretário Executivo e pelos Técnicos do Secretariado, quando julgado apropriado, garantindo, sempre que possível, uma presença e intervenção consentâneas no quadro do mandato que lhe está atribuído (cfr. Anexos III e IV).

13. O CNADS prosseguiu a sua actividade como membro efectivo da rede dos EEAC (*European Environmental Advisory Councils*), na qual o Conselheiro Viriato Soromenho-Marques assegura o terceiro mandato na Vice-Presidência do seu Comité Director (*Steering Committee*). Foi, assim, possível manter um equilíbrio mais razoável, bem como uma reflexão mais equitativa sobre a problemática e as especificidades dos Estados do Sul da Europa, uma vez que o CNADS continua a ser praticamente o único Conselho Nacional da região meridional com assento naquela rede europeia. No decorrer dos trabalhos da **13ª Conferência Anual dos EEAC**, que se realizou entre 7 e 10 de Setembro, em **Oxfordshire, Heythrop Park**, e cujo tema foi “*Alterações Climáticas e Biodiversidade*”, consubstanciada numa Declaração endereçada às instâncias governamentais da UE, o Conselho tomou parte activa através de uma delegação coordenada pelo seu Presidente. As matérias relativas à vida interna da rede foram objecto de debate, bem como a apreciação de outros temas de particular importância, como foi o caso da Agricultura, da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável e da Estratégia Marinha Europeia.

14. Após um processo longo e reflectido o Conselho passou a dispor de um logotipo, o que permite apresentar uma nova imagem visual que corresponde, a um tempo, à dinâmica e à complexidade do conceito de sustentabilidade subjacente ao seu mandato e que figurará, igualmente, no “site” do CNADS, a lançar brevemente.

¹ De registar que **todos** os documentos **aprovados** pelo Conselho o foram **por unanimidade**.

ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL

15. À semelhança dos anos anteriores, as actividades do Conselho traduziram-se, conforme o *Plano de Actividades 2005-2007*, em duas grandes vertentes: (i) na **esfera nacional**, analisando e emitindo Pareceres, Reflexões, Comentários e Cartas às instâncias legislativas e executivas; e (ii) na **esfera internacional**, entre outros, mediante o acompanhamento e envolvimento em actividades integradas no âmbito das Nações Unidas (*Comissão de Desenvolvimento Sustentável* e no *Informal Consultative Process on Ocean Affairs*), no *Steering Committee dos EEAC* e nas iniciativas em domínios especializados não só desta rede de aconselhamento e assessoria, como de outras organizações internacionais ou ONGs.

16. O CNADS , na medida das suas possibilidades, acompanhou as temáticas estratégico-políticas nacionais mais relevantes, tendo participado em várias iniciativas (Encontros, Congressos, Conferências e Seminários) sobre temas referentes às áreas do ambiente e do desenvolvimento sustentável, organizadas por várias organizações e instituições não governamentais e da Administração Pública, Central e Local, as quais constam de um Quadro apresentado no Anexo III. Referência especial ao particular envolvimento em realizações que tiveram por temática as Agenda 21 Locais.

17. De entre os numerosos eventos participados constantes do Quadro Anexo III, importa realçar :

- **Forum Internacional “Agenda 21 Local – Sustentabilidade e Municipalismo”**, Sintra, 21 a 26 de Janeiro 2005, organizado pela Fundação Brasileira *Open City* e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o envolvimento, em aspectos substantivos, do CNADS e do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS/BCSDPortugal). O CNADS teve uma participação activa através das intervenções dos Conselheiros Luísa Schmidt, Viriato Soromenho-Marques, Eugénio Sequeira, Ana Paula Fernandes, Luís Veiga da Cunha e do Secretário Executivo, inclusivamente coordenando vários Painéis do Seminário.
- **XII Jornadas Pedagógicas da ASPEA**, Ericeira, 27 a 29 de Janeiro, nas quais participaram a Conselheira Luísa Schmidt e o Secretário Executivo, que faz uma intervenção sobre a *Carta da Terra*.

- **Conferência “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Um Desafio para o Século XXI”**, Vendas Novas, 7 e 8 de Abril de 2005, organizado pela Câmara Municipal de Vendas Novas, na qual interveio o Secretário Executivo.
- **Seminário “Moura Ambiente – Alterações Climáticas, Recursos Hídricos e Energia”**, Moura, 28 e 29 de Abril de 2005, organizado pela Câmara Municipal de Moura e Empresa de Alqueva, na qual intervieram a Conselheira Luísa Schmidt e o Secretário Executivo.
- **Seminário “Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida”**, Portimão, 3 de Junho, organizado pela Câmara Municipal de Portimão, no qual interveio o Conselheiro Henrique Schwarz.
- **Forum sobre Agendas 21 Locais**, Faro, 8 de Junho de 2005, organizado pela Universidade do Algarve. O *forum* centrou-se na dimensão do desenvolvimento sustentável a nível local, no qual as Agenda 21 Locais são pedra angular, tendo a participou o Secretário Executivo dado relevo às posições do Conselho sobre esta matéria.
- **Forum sobre Agendas 21 Locais**, Sintra, 27 de Junho de 2005, que contou com a participação do Secretário Executivo, em representação do CNADS. O *forum* foi uma inflexão relativamente ao que decorreu em Sintra, em Janeiro de 2005, (*vide referências atrás*), que tinha sido promovido pela Fundação Brasileira *Open City*, pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e pelo CNADS.
- **Conferência Internacional “Investir nas Florestas Portuguesas”**, Coimbra, 11 de Julho, no qual participou o Conselheiro J. Santos Pereira.
- **Seminário sobre a Gestão Integrada das Zonas Costeiras**, Lisboa, 22 de Novembro, co-organizado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e pelo CNADS, sobre a “*Proposta de Estratégia para as Zonas Costeiras*”, e no qual o Conselheiro Filipe Duarte Santos, interveio em representação do Conselho, como Moderador da sessão temática que decorreu na parte da tarde.

PARECERES E REFLEXÕES

18. Tendo como referência o Plano de Actividades, o Conselho procedeu à análise e apreciação de matérias relativas ao desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para o processo de tomada de decisão, através da emissão de Pareceres, Reflexões, Comentários ou Análises, por iniciativa própria ou correspondendo a solicitações formuladas por diversas entidades. Esses documentos foram enviados, de acordo com a prática, às instâncias competentes da Administração, ao Poder Legislativo e aos parceiros sociais envolvidos, para além da sua ampla divulgação através dos meios de comunicação e dos correios electrónico e postal. Enumeram-se, de forma sumária, seguidamente, os documentos que, aprovados por unanimidade, foram elaborados e aprovados no decurso do exercício de 2005:

➤ ***Comentários sobre o 1º Relatório Nacional sobre a Convenção de Aarhus (Janeiro de 2005)*** - O CNADS considerou dever pronunciar-se na fase dita de “discussão pública” sobre o 1º Relatório Nacional a ser presente à Conferência das Partes da Convenção de Aarhus, não obstante a referida fase ter sido de curta duração e coincidente com o período natalício.

Do Comentário do CNADS, aprovado no plenário de 31 de Janeiro de 2005, ressaltam as seguintes recomendações:

- i. Promoção de uma reestruturação do documento, complementando-se a informação com a integração dos diversos sectores não contemplados, designadamente no referente à adaptação da legislação interna e ao acesso à justiça.
- ii. Os processos de elaboração do Relatório Nacional deveriam envolver, desde o início, as entidades competentes detentoras de informação relevante para que houvesse um real repositório das actividades desenvolvidas neste campo, e se poder assegurar a futura aferição com posteriores Relatórios Nacionais.

➤ ***Comentários às Propostas de Revisão do Regime Legal sobre Poluição Sonora/Gestão do Ruído Ambiente (Março 2005)*** - Em 4 de Fevereiro de 2005, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território solicitou ao CNADS, a elaboração de parecer sobre o projecto de Decreto-Lei relativo à

avaliação e gestão do ruído ambiental, destinado a transpor para o direito nacional a Directiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho de 2002.

O CNADS entendeu salientar, entre outros, os seguintes aspectos relevantes das propostas de diplomas legais ou com eles relacionados:

i. A salvaguarda de uma conveniente informação ao público e de uma efectiva participação dos cidadãos nos planos de acção, sublinhando que a mesma seja efectivamente levada à prática e publicitada em todo o território nacional, condição necessária ao diálogo e formas de entendimento entre as partes interessadas;

ii. À iniciativa legislativa deveria estar associada a vontade política de impulsionar decisivamente a elaboração dos mapas de ruído em todo o território, sendo aconselhável que os Municípios e demais organismos com competências neste domínio dispusessem dos meios adequados ao cumprimento das obrigações estabelecidas.

iii. Adopção do conceito de “zonas mistas pouco tranquilas” entre as zonas sensíveis e zonas mistas ruidosas;

iv. Carência de regulamentação de actividades já instaladas e antes licenciadas, mantendo -se a norma dos acréscimos sonoros de 5 dB(A) diurnos e 3 dB(A) nocturnos;

v. O sistema de fiscalização deveria ser dotado de meios para o exercício das suas funções, não sendo despicienda a sua interacção com um sistema cominatório apropriado e rigoroso, que seria desejável ver simultaneamente actualizado (cfr. Regulamento Geral do Ruído).

➤ ***Reflexão Sobre o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território/PNPOT(Julho de 2005)*** - Em 31 de Março de 2005, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades solicitou ao Conselho a apreciação da actual versão do Relatório e Plano de Acção do PNPOT (Fevereiro de 2005), bem como do processo a adoptar para a discussão pública e fase final de elaboração, emitindo um documento que pudesse, com oportunidade, ser tido em conta na calendarização previamente aprovada. O Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Conselheiro Nuno Portas, levou a efeito a consequente análise, na qual se considerava que seria recomendável criar condições para que a fase da consulta pública fosse o mais aberta possível e o prazo temporal de debate suficientemente amplo. Nesta fase, abordar-se-iam, sobretudo, questões conceptuais e metodológicas, sem entrar na análise exaustiva e detalhada do Relatório e Programa de Acção do PNPOT, previligiando questões que se considerassem fundamentais.

Quanto ao programa e à consulta pública, no essencial o CNADS considerou o seguinte:

a) O Relatório e o Programa de Acção do PNPOT não apresentam uma definição clara e operacional da noção de território.

b) No debate público, deveriam ser evidenciadas todas as medidas legislativas necessárias para a exequibilidade do PNPOT;

c) No âmbito da discussão pública do PNPOT, seria apropriado valorizar os dois níveis de intervenção territorial (regional e intermunicipal), através, nomeadamente, da elaboração de Agendas 21 Locais, as quais poderão evoluir para uma Rede Nacional de Agendas 21 Locais;

d) A fase da consulta pública deveria abarcar objectivos genéricos de boa governança e de co-responsabilização, visando, nomeadamente, a construção de um amplo consenso nacional, através da informação e participação públicas e do envolvimento dos parceiros económicos e sociais, sem esquecer o papel fundamental da comunicação social;

e) A discussão pública, deveria incluir áreas como : competitividade económica e coesão social; ambiente, recursos naturais e culturais; integração das redes de equipamentos, infra-estruturas, comunicações e informação; sistema urbano e desenvolvimento rural; conceito alargado de território nacional (terrestre e marítimo); modelo territorial e estratégia de desenvolvimento sustentável; governança; (articulação inter institucional e participação).

➤ ***Parecer sobre os Organismos Geneticamente Modificados (Outubro 2005)***

A *Plataforma Transgénicos fora do Prato* solicitou um parecer ao Conselho, em Dezembro de 2004, sobre a autorização da Comissão Europeia para o cultivo em toda a União de 17 variedades de milho geneticamente modificadas e sobre a nova legislação nacional enquadrada desta matéria.

Para tal o Conselho constituiu um Grupo de Trabalho, coordenado pela Conselheira Luísa Schmidt, e que, sem se envolver num debate de carácter científico, procurou proceder à análise dos factos e dos instrumentos legais vigentes (ou da sua inexistência) para daí extrair conclusões e recomendações fundamentadas e coerentes dirigidas aos poderes públicos e que permitiriam, também, um mais correcto esclarecimento da opinião pública.

Tendo como referencial os princípios da precaução e da responsabilidade, o Conselho considerou urgente superar lacunas legais existentes no respeitante à cultura das variedades de milho geneticamente modificadas, já incluídas no Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas, promovendo a aprovação da legislação regulamentar adequada, que complementasse o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro, e reafirmou as conclusões e recomendações do anterior Parecer do CNADS sobre os OGM (2000).

O Conselho, no essencial, recomendou:

a. Numa perspectiva de salvaguarda da biodiversidade agrícola, enquanto suporte de produções agrícolas de relevante valia económica, tendo em conta as características atlântico-mediterrânicas do País, seria desejável procurar tirar o máximo partido das vantagens comparativas das produções típicas locais, salvaguardando-as;

b. Qualquer decisão sobre o cultivo de OGM no nosso país requereria uma avaliação dos impactes económicos e sociais (saúde humana incluída), que tivessem como termos comparativos as produções tradicionais e/ou orgânicas e considerasse a importância da pequena agricultura no desenvolvimento rural e no ordenamento equilibrado do território;

c. Proceder à avaliação precisa do quadro dos novos investimentos que a Administração Pública terá de realizar;

d. Não descurar a implementação do turismo de qualidade, o qual implica públicos cada vez mais esclarecidos e exigentes nas suas opções de consumo e que se têm manifestado contrários aos OGM, em razão dos seus eventuais impactos ambientais;

e. Promover um amplo debate nacional, com a participação não só dos que intervêm directamente no processo da eventual introdução dos OGM, mas também de todos os cidadãos interessados;

f. Adoptar uma moratória que, suspendendo a vigência das disposições do Decreto-Lei n.º 160/2005 até à publicação do pacote regulamentador complementar, permita, também, o indispensável e esclarecedor debate público prévio, a possibilidade de constituição de “Zonas Livres” de Transgénicos, designadamente em Áreas Protegidas, e dê tempo à Administração Pública para se preparar e apetrechar para as inúmeras funções que, nesta matéria, lhe irão ser cometidas, designadamente no respeitante aos impactos na saúde pública.

➤ ***Comentário ao Estudo “Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores”- Contributo para a Elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável (Outubro de 2005).***

Correspondendo à solicitação formulada pela Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores, o Conselho, analisou o Estudo/Contributo em referência, considerando:

i. A relevância do esforço que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores vem desenvolvendo desde há dois anos com vista à elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, cujo processo metodológico seguido se afigura correcto.

ii. A perspectiva integradora e o enquadramento conceptual em que assenta metodologicamente a construção do modelo de desenvolvimento a consagrar no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Açores, com a correcta valorização dos princípios de responsabilidade social e da eco-eficiência. Ser de registar a clara intenção de proceder a uma reorientação das estratégias, programas e outros mecanismos de planeamento e de acção com vista a prosseguir os objectivos de desenvolvimento sustentável, para a especificidade de uma região periférica e arquipelágica.

iii. Merecer referência especial o facto de estar integrada nas várias partes do “Contributo” uma proposta de Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável num total de 68 indicadores.

iv. Que, ao eleger como desígnio regional e conceito-chave a *Qualidade*, conceito entendido como indissociável da *Excelência*, o Contributo aproxima-se apenas parcelarmente, do grande desígnio da ENDS 2005 – 2015, remetendo a *Competitividade*, contida nesta, para a 2ª das “prioridades para a sustentabilidade” enunciadas.

➤ ***COMENTÁRIOS ao Relatório Final da Equipa da Universidade de Aveiro – Contribuição para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema “Ambiente e Prevenção de Riscos” e ao Estudo “Políticas Públicas de Revitalização Urbana: Reflexões para a formulação estratégica e operacional de actuações a concretizar no QREN”, do ISCTE/CET para o Observatório do QCA III (Outubro de 2005).***

Correspondendo à solicitação expressa pelo Observatório do QCA III para se pronunciar sobre este estudo, o Conselho deliberou constituir, sob a Coordenação do

Conselheiro José Reis, um Grupo de Trabalho que, após analisar o *Estudo “Ambiente e Prevenção de Riscos”*, elaborado pela Universidade de Aveiro/IDAD para o Observatório do QCA III, sumariamente conclui:

a. A opção dos autores por uma análise desdobrada em dois sub-temas (Ambiente e Prevenção de Riscos) levou a que se perdesse o propósito de integração e de transversalidade, inicialmente apontado no Relatório Final da equipa da Universidade de Aveiro, a favor de uma perspectiva essencialmente analítica.

b. O Relatório Final é descritivo, com prejuízo de uma visão mais crítica. A avaliação de desempenho das medidas de política vigentes mantém-se num plano de grande generalidade sobre as dificuldades do seu cumprimento, não sendo avançadas explicações concretas sobre as causas, aspectos mais significativos e principais efeitos.

c. O documento não menciona explicitamente a questão da energia, cujo modelo de desenvolvimento constituirá um dos maiores desafios do século XXI. Teria sido, aconselhável referir a necessidade de incentivar a poupança de energia, de desenvolver sistemas energéticos mais eficientes, de diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e de desenvolver e incentivar as energias renováveis, sobretudo em contraponto aos riscos de uma “não acção”. Vantajoso seria haver uma interligação entre a seca, cheias e os fenómenos de alterações climáticas, assim como ganharia, particular relevância a abordagem de questões como a poluição do ar e da água e contaminação do solo e sua ligação com os riscos resultantes deste tipo de poluição.

d. As problemáticas do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável não deveriam, em todo o caso, ser resumidas a uma simples dimensão tecnológica. Elas compreendem, de facto, também aspectos institucionais e de ordem estratégica, que o Relatório Final não explicitou com o devido relevo.

➤ ***Análise sobre a Metodologia de Elaboração dos Relatórios do Estado do Ambiente (Dezembro de 2005).***

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), dando continuidade aos seus anteriores Comentários sobre os Relatórios de Estado do Ambiente (REA), e correspondendo à solicitação do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, no sentido da formulação de “*contributos que se apliquem aos trabalhos a desenvolver para o próximo REA*”, com base na 18ª. edição do REA, considerou que :

i. O formato adoptado em 2003 é o que mais se aproxima do aconselhável;

ii. Tendo em conta a última edição, mais abreviada, que o REA 2004 assume, o Relatório deveria disponibilizar informação adequada de uma forma cronológica e metodologicamente coerente, que permitisse análises comparativas, proporcionando aos diversos utlizadores um repositório de dados precisos e claros.~

iii. O REA deveria passar, gradualmente, a articular-se com o Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), optimizando a integração orgânica das duas áreas de intervenção política na mesma tutela ministerial.

iv. Se deveria procurar assegurar que haja continuidade na estrutura e contexto temático deste tipo de documento de análise e referência, com o objectivo de permitir os necessários estudos comparativos das mais importantes componentes ambientais e das suas interacções, assim como dos interfaces entre políticas de vários sectores, mantendo tendencialmente um modelo que forneça informação agregada e coerente, na linha adoptada no Relatório de 2003, com o capítulo relativo aos indicadores tratado como no Relatório de 2004, embora cobrindo um maior número de áreas temáticas.

➤ *Comentários ao Projecto de Diploma sobre a Reserva Ecológica Nacional (REN) que altera o Decreto Lei n.º 93/90 (Usos e Acções Compatíveis) (Dezembro de 2005).*

Correspondendo à solicitação formal do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, o Conselho, após analisar a Nota Informativa e o Projecto de revisão do Decreto Lei n.º. 93/90, de 19 de Março, e tendo por referência os seus Pareceres anteriormente emitidos sobre este domínio, elaborou e aprovou os seguintes considerandos:

i. Em termos gerais, a grelha das restrições (e portanto das permissões) - Anexo IV –apresenta-se racional, clara e comedida de modo a evitar o percurso casuístico das pretensões, com a consequente burocracia, susceptível de discricionaridade que resultava da falta de transparência dos critérios de decisão. A graduação das instâncias de apreciação dos recursos dos interessados é uma boa via pela aplicação do princípio de subsidiariedade.

ii. Quanto à produção de energias renováveis (fotovoltaicas, eólicas, mini – hídricas) deveriam ser efectuados estudos de avaliação de impactos ambientais globais ou regionais que eliminassem os efeitos sinérgicos e cumulativos e que estabelecessem normas regionais de instalação.

iii. No respeitante às competências da Comissão Nacional da REN (CNREN) não se deveria manter a exclusão, proveniente já do art. 9º. do Decreto-Lei nº. 203/2002, de 1 de Outubro, da participação de representantes da sociedade civil na CNREN, sejam eles de ONGAs, Associações de Agricultores ou de Produtores Florestais, não se cumprindo o Princípio da Participação.

iv. Embora o art. 3º afirme que as propostas de delimitação são “elaboradas” pelas CCDRs, o grande atraso dos PROTs e as dificuldades em pessoal e logística das CCDRs obrigaram os municípios a “elaborar” as delimitações para poderem concluir os PDMs. Nas revisões iniciadas nos últimos anos, a situação não parece ter sido superada. Na impossibilidade de assegurar às CCDRs os meios necessários seria aconselhável optar pela alternativa de atribuir às CCDRs as tarefas que, no mínimo, devem desempenhar com eficácia para que se mantenha o carácter nacional da rede.

v. Tendo as duas Reservas Nacionais - REN e RAN - nascido como servidões administrativas, em datas diferentes, dependendo de Ministérios e serviços desconcentrados, também diferentes, poderão tender a convergir e, eventualmente, mesmo a coincidir nas suas práticas, enquanto servidões, numa lógica de complementaridade a que ainda se poderá aditar as áreas florestais e as políticas de bacias hidrográficas (DPM incluído). Acresce que, com a nova legislação do ordenamento do território (cfr. PNPT), os futuros planos municipais estão obrigados a definir um novo elemento da “fileira verde” designado como “*estrutura ecológica e paisagística*”, com uma vocação mais estratégica e geradora de melhor qualidade de vida..

➤ ***COMENTÁRIOS ao Relatório Final da Equipa e -GEO/IDE/CESUR sobre “Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 Relativo ao Tema Acessibilidades e Transportes”, para o Observatório do QCA III(Dezembro de 2005).***

Para corresponder à solicitação expressa pelo Observatório do QCAIII, o CNADS constituiu, sob a coordenação do Conselheiro José Reis, um Grupo de Trabalho que, após analisar o Estudo sobre “*Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 Relativo ao Tema Acessibilidades e Transportes*” elaborou os seguintes Comentários:

i. O estudo tem um carácter eminentemente descritivo, em detrimento de uma visão mais crítica que permita identificar incoerências, justificar programas específicos de acção e estabelecer prioridades.

- ii. A estruturação dos objectivos de topo e estratégicos está, no essencial, correcta, havendo, no entanto, no que respeita às linhas de acção, uma prevalência excessiva das intervenções do lado da oferta, que se manifesta, ainda, de forma mais sensível no quadro que traduz as linhas de acção em Projectos e Acções. Há muitas correcções de rumo que se podem conseguir por via de intervenções nos preços ou nos regulamentos.
- iii. Ter sido muito proveitoso o estudo identificar a criticidade daquele envolvimento para que as orientações nele apontadas possam ser solidamente adoptadas e respeitadas de forma duradoura.
- iv. Não ter sido internalizada a Política Comum de Transportes, e não se detectar a previsível convergência com o Programa de XVII Governo Constitucional.
- v. No que respeita ao Modelo Urbano de Referência, seria aconselhável que a reflexão realizada neste domínio pudesse integrar igualmente as principais conclusões do PNPOT e ajustar-se àquela estratégia.
- vi. Sendo o sector dos transportes responsável pela maior parcela de energia consumida no país, deveriam ser definidos eixos de desenvolvimento e prioridades de investimento menos consumidores de energia. Seria de aproveitar energias renováveis ou propor a substituição de alguns modos de transporte, na perspectiva de melhor eficiência energética, de maior poupança na importação de combustíveis fósseis e da sua substituição.

ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL

19. As principais actividades do Conselho na esfera internacional foram as que a seguir sucintamente se enumeram:

- **Reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Agricultura**, Lisboa, 3 e 4 de Janeiro 2005: contou com a participação maioritária de representantes dos Conselhos oriundos do Norte e Leste e, para além do CNADS, registou-se, apenas, a presença de um representante do Sul da Europa (do CADS, da Catalunha). As conclusões emanadas da reunião foram posteriormente integradas na reunião de *Vác* (Hungria), na qual, com a presença do Conselheiro Eugénio Sequeira, se debateu a posição dos EEAC sobre o desenvolvimento rural.

- **Comité Directivo da Rede dos Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** (EEAC *Steering Committee*), Haia, 24 de Janeiro de 2005: teve como agenda a apreciação da situação das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, em cada país da União Europeia; o debate sobre as expectativas para a nova Comissão Europeia presidida pelo Dr. Durão Barroso e o estabelecimento dos temas para a próxima Conferência Anual dos EEAC, a realizar na Grã-Bretanha, em Setembro de 2005, decidindo-se pela biodiversidade e as alterações climáticas. Neste evento esteve presente o Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, na dupla qualidade de Vice-Presidente e representante do CNADS.
- **2ª reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Biodiversidade**, Haia, 25 de Janeiro de 2005: com a participação do Conselheiro António Domingos Abreu, tratou do tema da biodiversidade, em especial no âmbito do impacto das alterações climáticas, com ênfase nas medidas de adaptação.
- **Reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Governação**, Utreque, 18 de Março de 2005: com a participação do Conselheiro Rui Godinho, teve como objectivo principal a preparação da 13ª Conferência Anual dos EEAC, a decorrer em Setembro de 2005.
- **3ª reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Biodiversidade**, Berlim, 11 de Abril de 2005: na qual participou o Conselheiro António Domingos Abreu, teve como objectivo a preparação do “*Statement*” para a Conferência Anual dos EEAC.
- **3ª Reunião do *Steering Committee* dos EEAC**, Bruxelas, 14 e 16 de Abril: contou com a presença do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, tendo como objectivo não só a preparação da 13ª Conferência Anual dos E.E.A.C como a abordagem dos assuntos internos da rede.
- **Workshop “*Sustaining Sustainability*”**, Eberbach, 6 e 7 de Junho: contou com a participação dos Conselheiros Viriato Soromenho-Marques e Henrique Schwarz e com a representação de 13 países, com mais de vinte e tal membros dos Conselhos Europeus. As suas conclusões são referidas no relatório final, o qual inclui ainda realizado o ponto da situação das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, os problemas da sua implementação, comunicação e monitorização; da percepção da importância e da falta da

dimensão europeia, designadamente a articulação entre as Estratégias Nacionais e a Estratégia Europeia, sendo notórios os custos do atraso na revisão da Estratégia Europeia e sua articulação com a Estratégia de Lisboa.

- **Conferência Internacional Anual de Investigação para o Desenvolvimento Sustentável**, Helsínquia, 6 a 8 de Junho: contou com a participação da Conselheira Luísa Schmidt. Os temas nela abordados foram desde a economia e eco-eficiência, aos indicadores de desenvolvimento sustentável (com sistemas de implementação e produção de relatórios), aos planos de implementação das Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (resultados e falhas), Agendas 21 Local, educação para o desenvolvimento sustentável, governação global, os objectivos do Milénio das Nações Unidas, entre outros. No âmbito desta Conferência a Conselheira Luísa Schmidt fez uma comunicação sob o tema “*Local Agenda 21 and Citizenship*”, referindo o caso português e o contexto europeu.
- **Encontro de Windsor da Rede do Desenvolvimento Sustentável**, 14 e 15 de Julho: foi uma iniciativa exterior à Rede dos EEAC que contou com a participação dos Conselheiros Viriato Soromenho-Marques e o Henrique Schwarz, e no qual participaram peritos da Comissão Europeia e dos países membros da U.E.. Os aspectos mais relevantes do Encontro ficaram expressos no “*Windsor Momentum*”.
- **4ª Reunião do Steering Committee dos EEAC**, Bruxelas, 15 e 16 de Agosto: contou com a presença do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, e teve como objectivo principal a preparação da 13ª Conferência Anual dos E.E.A.C .
- **13ª Conferência Anual dos E.E.A.C.**, *Heythrop Park, Oxfordshire*, , 7 a 10 de Setembro, e que teve como tema “*Os Impactes das Alterações Climáticas na Biodiversidade*”. A representação do Conselho, foi coordenada pelo seu Presidente e composta pelos Conselheiros António Abreu, Eugénio Sequeira, Filipe Duarte Santos, Viriato Soromenho-Marques, pelo Presidente e pelo Secretário Executivo, sendo de realçar a forma de que se revestiu a participação da delegação do Conselho, patente na capacidade de influenciar o decurso dos trabalhos. A apresentação na Conferência da *Declaração sobre Alterações Climáticas e a Biodiversidade* , preparada anteriormente pelo Grupo de Trabalho dos EEAC para a Biodiversidade, cuja co-presidência é partilhada pelo CNADS

(Conselheiro António Abreu) e pelo *English Nature*, merece realce, dado que ao ser entregue formalmente aos representantes da Comissão Europeia e ao Ministro britânico, presente na Conferência, registou um bom acolhimento. Foram igualmente aprovados outros documentos temáticos, bem como o Relatório de Execução do *Steering Committee*.

- **Conferência sobre Desenvolvimento Rural dos EEAC**, Vac, 6 a 8 de Outubro: contou com a participação do Conselheiro Eugénio Sequeira, tendo por objectivo a apresentação do “*Statement*” preparado pelo Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, a um grupo de cientistas representantes de governos nacionais e regionais, Comissão Europeia e organizações não governamentais.
- **5ª Reunião do Steering Committee dos EEAC**, Bruxelas, 7 de Novembro: contou com a presença do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, tendo por finalidade a preparação do encontro, agendado para finais de Novembro, com os Comissários e Directores Gerais (CE) sobre os domínios fundamentais da Cimeira Europeia de Dezembro, e transmitir as posições adoptadas na Conferência de *Oxfordshire*.

CNADS, 27 de Abril de 2006

Anexo I – Balancete da Execução Orçamental de Funcionamento Relativa ao Ana de 2005

07 0 02 06 00 .- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável 110 Receitas Gerais (RG) 2041 – Administração e Regulamentação

Cód. Med	Classificação Económica (1)	Designação (2)	Dotação Corrigida Congelamentos (3)	Duodécimos Vencidos (4)	Comprimissos Reposições (5)	Saldo Disponível (6= 3-5)
.010	01 01 09 00 00	Pessoal em qualquer outra situação	109.723,00	109.723,00	109.666,34	56,66
.010	01 01 13 00 00	Subsídio de refeição	3.556,00	3.556,00	3.456,64	99,36
.010	01 01 14 00 00	Subsídio de férias e de Natal	17.520,00	17.520,00	17.413,04	106,96
.010	01 02 02 00 00	Horas extraordinárias	2.739,00	2.739,00	2.195,74	543,26
.010	01 02 04 00 00	Ajudas de custo	12.000,00	12.000,00	10.445,90	1.554,10
.010	01 02 13 00 00	Outros suplementos e prémios	23.440,00	23.440,00	19.717,59	3.722,41
.010	01 03 03 00 00	Subsídio familiar a crianças e jovens	553,00	553,00	553,00	553,00
.010	02 01 05 00 00	Alimentação-refeições confeccionadas	670,00	670,00	368,80	301,20
.010	02 01 08 00 00	Material de escritório	5.603,00	5.603,00	5.403,93	199,07
.010	02 01 18 00 00	Livros e Documentação Técnica	45,00	45,00	16,00	29,00
.010	02 01 21 00 00	Outros bens	425,00	425,00	256,78	168,22
.010	02 02 03 00 00	Conservação de bens	425,00	425,00	0,00	425,00
.010	02 02 09 00 00	Comunicações	999,00	999,00	590,62	408,38
.010	02 02 10 00 00	Transportes	925,00	925,00	740,13	184,87
.010	02 02 11 00 00	Representação dos serviços	2.125,00	2.125,00	725,58	1.399,42
.010	02 02 13 00 00	Deslocações e estadas	14.650,00	14.650,00	13.490,40	1.159,60
.010	02 02 14 00 00	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	18.733,00	18.733,00	11.881,40	6.851,60
.010	02 02 19 00 00	Assistência técnica	1.000,00	1.000,00	990,39	9,61
.010	02 02 20 00 00	Outros trabalhos especializados	13.655,00	13.655,00	13.654,85	0,15
.010	02 02 25 00 00	Outros serviços	2.932,00	2.932,00	1.666,80	1.265,20
.010	04 09 02 00 00	Resto do Mundo-União Europeia- Países Membros	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
.010	07 01 08 A0 00	Software informático	2.000,00	2.000,00	1.802,90	197,10
.010	07 01 09 A0 00	Equipamento informático	11.577,00	11.577,00	0,00	11.577,00
Total Classificação Funcional:			251.647,00	251.647,00	221.388,39	30.811,61
Total Classificação Orgânica:			251.647,00	251.647,00	221.388,39	30.811,61
Total Geral:			251.647,00	251.647,00	221.388,39	30.811,61

Anexo II

Quadro das Reuniões Plenárias do CNADS em 2005

Reunião	Data	Assuntos mais Relevantes
1ª Extraordinária	20 de Outubro	<ul style="list-style-type: none">➤ Comunicação e Diálogo com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Prof. Doutor Francisco Nunes Correia.➤ Parecer sobre os Organismos Geneticamente Modificados.➤ Apreciação dos Pareceres sobre os Relatórios “Ambiente e Prevenção de Riscos” e Políticas Públicas de Revitalização Urbana” elaborados para o Observatório do QCA.➤ Apreciação e Aprovação dos “Breves Comentários ao Estudo Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores”.
2ª Extraordinária	7 de Dezembro	<ul style="list-style-type: none">➤ Apreciação do Projecto de Parecer sobre a Revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN).➤ Apreciação e Aprovação do Parecer sobre o Plano Nacional contra Incêndios Florestais (PNDFCI) e legislação conexa.➤ Apreciação do Comentário sobre o Relatório sobre “Transportes e Mobilidade” para o Observatório do QCA.➤ Apreciação e Aprovação da Proposta de Análise sobre a Metodologia dos Relatórios de Estado do Ambiente (REA).
1ª Ordinária	31 de Janeiro	<ul style="list-style-type: none">➤ Apreciação e aprovação dos Projectos de Actas correspondentes às 1ª., 2ª. e 3ª. Reuniões Ordinárias de 2004.➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Comentários do CNADS sobre o 1º Relatório Nacional à Convenção de Aarhus.➤ Projecto de Reflexão sobre a cultura de Organismos Geneticamente Modificados –ponto da situação.➤ Apreciação da Proposta para o 3º Plano de Actividades 2005/2007.
2ª Ordinária	22 de Março	<ul style="list-style-type: none">➤ Comentários Preliminares às Propostas de Revisão do Regime Legal sobre Poluição Sonora e Avaliação e Gestão do Ruído Ambiente; Relatório de Estado do Ambiente 2003.➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre as Culturas Geneticamente Modificadas.

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Posição do Conselho face à Proposta do PNPOT. ➤ Apreciação e aprovação da Proposta do 3º Plano de Actividades 2005/2007.
3ª Ordinária	22 de Abril	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diálogo com o Secretário de Estado do Ambiente. ➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre a Cultura de Organismos Geneticamente Modificados. ➤ Apreciação Final e Aprovação da Proposta do 3º Plano de Actividades do CNADS 2005-2007
4ª Ordinária	2 de Junho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação e Aprovação do Projecto de Reflexão sobre a Cultura de Organismos Geneticamente Modificados. ➤ Análise do Projecto de Parecer sobre o PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
5ª Ordinária	12 de Julho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação e Aprovação Final do Projecto de Parecer sobre o PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. ➤ Apreciação do Estado da Situação do Projecto de Reflexão sobre a Cultura de Organismos Geneticamente.
6ª Ordinária	20 de Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação e Aprovação final do Projecto de Reflexão sobre os Organismos Geneticamente Modificados. ➤ Posição do Conselho face ao Plano Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios. ➤ Elaboração dos Pareceres Temáticos de Enquadramento do QCA IV.

Anexo III

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Escala Nacional, em 2005

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Data, Local, Organização	Participantes
Workshop “ Estratégia Energético – Ambiental para a Cidade de Lisboa	Lisboa, 20 de Janeiro (Câmara de Lisboa)	Assessora Isabel Mertens
Forum Internacional- Agenda 21 Local- Sustentabilidade e Municipalismo	Sintra, 21 a 26 de Janeiro (ONG “ Open City, ANMP,) com a colaboração do CNADS e CEDS	Presidente, Secretário Executivo, Conselheiros Eugénio Sequeira, Luísa Schmidt, Viriato Soromenho Marques, Veiga da Cunha, Ana Paula Fernandes
Seminário “ O QCAIII e a Reprogramação Intercalar”	Lisboa, 26 de Janeiro (Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional)	Presidente
Seminário sobre Valorização Energética de Resíduos	Lisboa, 27 de Janeiro (Embaixada Britânica)	Conselheiro Jaime Braga
XII Jornadas Pedagógicas da ASPEA	Ericeira, 27 a 29 de Janeiro (ASPEA)	Secretário Executivo
Conferência “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” Um Desafio para o Século XXI	Vendas Novas, 7 e 8 de Abril (Câmara Municipal de Vendas Novas)	Secretário Executivo
Seminário sobre Energia das Ondas e Marés	Lisboa, 12 de Abril de 2005 (Embaixada Britânica)	Conselheira Luísa Schmidt Secretário Executivo
Sessão de Informação e Esclarecimento sobre as Principais Conclusões da Comissão Estratégica dos Oceanos	Lisboa, 21 de Abril (FEPASC)	Conselheiro Viriato Soromenho Marques Secretário Executivo
Seminário “Moura Ambiente – Alterações Climáticas, Recursos Hídricos e Energia”	Moura, 28 e 29 de Abril (Câmara Municipal de Moura e Empresa de Alqueva	Conselheira Luísa Schmidt Secretário Executivo

Lançamento e Debate sobre o livro “ Desenvolvimento Sustentável – Um Compromisso de Todos”	Lisboa, 10 de Maio (Conselho Nacional da Juventude)	Secretário Executivo
Seminário “ Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e qualidade de Vida”	Portimão, 3 de Junho (Câmara Municipal de Portimão)	Conselheiro Henrique Schwarz
Forum sobre a Agendas Locais XXI	Faro, 8 de Junho	Secretário Executivo
Dia Mundial de Combate à Desertificação	Lisboa, 17 de Junho (DGRF)	Conselheiro Eugénio Sequeira Secretário Executivo
Workshop “Agenda 21 Local”	Oeiras, 22 de Junho (APEA)	Conselheiro Eugénio Sequeira
Seminário Final “ <i>Du Projet SDEA</i> ”	Porto, 27 de Junho (CCDR	Assessora Isabel Mertens
Sessão de Apresentação das “ Medidas de Desburocratização dos Serviços de Ordenamento do Território, Ambiente e Administração Local.	Lisboa, 4 de Julho (CCDRLV)	Secretário Executivo
Conferência Internacional ”Investir nas Florestas Portuguesas”	Coimbra, 11 de Julho	Conselheiro J. Santos Pereira
VII Summer Institute on Global Environmental Issues	Lisboa, 18-21 de Julho (FLAD)	Conselheiro Henrique Schwarz Secretário Executivo
Seminário sobre a Gestão Integrada das Zonas Costeiras	Lisboa, 22 de Novembro (SEOTC e CNADS)	
Sessão Pública de divulgação dos resultados e conclusões da Iniciativa sobre Incêndios Florestais	Belém, 28 de Novembro (COTEC)	Conselheiro Santos Pereira Assessora Isabel Mertens

ANEXO IV

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Nível Internacional, em 2005

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Data, Local, Organização	Participantes
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura dos EEAC	3 e 4 de Janeiro, Lisboa CNADS	Presidente, Conselheiros J. Santos Pereira, J. Guerreira dos Santos, Eugénio Sequeira, Secretário Executivo.
Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	24 de Janeiro, Haia, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade dos EEAC	25 de Janeiro, Haia, <i>English Nature</i>	Conselheiro António Domingos Abreu
2ª Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	14 a 16 de Abril, Bruxelas, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Governação dos EEAC	18 de Março, Utreque	Conselheiro Rui Godinho
3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade dos EEAC	11 de Abril, Berlim, <i>English Nature</i>	Conselheiro António Domingos Abreu
Workshop dos EEAC sobre "Sustaining Sustainability"	5 a 7 de Junho, Eberbach,	Conselheiros Henrique Schwarz Viriato e Soromenho-Marques
11ª Conferencia Internacional Anual da Investigação para o Desenvolvimento Sustentável	6 a 8 de Junho, Helsínquia	Conselheira Luísa Schmidt
Encontro da Rede Europeia de Desenvolvimento Sustentável	14 e 15 de Julho, Windsor DEFRA, CE, CBDS	Conselheiros Henrique Schwarz e Viriato Soromenho-Marques
13ª Conferência Anual dos EEAC sobre tema "Alterações climáticas e Biodiversidade"	7 a 10 de Setembro, <i>Oxfordshire</i> , EEAC	Presidente, Conselheiros António Domingos Abreu, Viriato Soromenho-Marques, Filipe Duarte Santos, Eugénio Sequeira Secretário Executivo Aristides Leitão
3ª Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	15 e 16 de Agosto, Bruxelas, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
Conferência sobre Desenvolvimento Rural dos EEAC	6 a 8 de Outubro, Vác, <i>OKT, RLG</i>	Conselheiros José Lima Santos e Eugénio Sequeira

4ª Reunião do <i>Steering Committee</i> dos EEAC	7 de Novembro, Bruxelas, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	---------------------------------------

ANEXO V

Lista dos Membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2005

- Mário Ruivo, Presidente
- Ana Paula Fernandes²
- António Domingos Abreu
- António Ferreira Afonso
- Carlos Alberto Soares Borrego
- Carlos Luís Figueira³
- Eugénio Menezes Sequeira
- Filipe Duarte Santos⁴
- Helena Roseta⁵
- Henrique Schwarz
- Jaime Braga⁶
- Joaquim Barreto
- João Alveirinho Dias
- João Fontes Dinis
- João José Fernandes⁷
- João Guerreiro⁸
- João Lavinho⁹
- João Santos Pereira¹⁰
- José Manuel Calheiros¹¹
- José V. da Cruz¹²
- José Guerreiro
- José Reis¹³
- José Faria e Santos
- José Guerreiro dos Santos¹⁴
- José Lima Santos¹⁵
- Luísa Schmidt
- Luís Brás
- Luís Ramalhosa Guerreiro
- Luís Lopes¹⁶
- Luís Veiga da Cunha¹⁷

² Resignou em 2005

³ Resignou em 2005

⁴ Reconduzido em 2005

⁵ Designada em 2005 para o lugar deixado vago pela Prof. Graça Carvalho

⁶ Reconduzido em 2005

⁷ Designado em 2005 para o lugar deixado vago pela Dr.^a Ana Paula Fernandes

⁸ Designado em 2005

⁹ Designado em 2005

¹⁰ Reconduzido em 2005

¹¹ Cessou o Mandato

¹² Designado em 2005 para o lugar deixado vago pelo Dr.^o Rúben Meneses

¹³ Designado em 2005

¹⁴ Reconduzido em 2005

¹⁵ Cooptado em 2005

¹⁶ Reconduzido em 2005

- Manuel Dias
- Manuel Ferreira dos Santos
- Nuno Portas¹⁸
- Paulo Bernardo¹⁹
- Rui Godinho
- Vasco Colaço
- Viriato Soromenho-Marques²⁰

¹⁷ Reconduzido em 2005

¹⁸ Reconduzido em 2005

¹⁹ Designado em 2005 para o lugar deixado vago pelo Dr. Carlos Luís Figueira

²⁰ Designado em 2005